

## 5

### **A cumplicidade, o companheirismo, a solidariedade**

Na bibliografia disponível a respeito da relação fraterna, encontramos em quantidade muito maior os estudos que focalizam e privilegiam a rivalidade entre irmãos, do que os que se dedicam à sua boa convivência. Ocorre, porém, que o fato de ao se considerar as relações entre irmãos, haver uma tendência a enfatizar mais a relação de inveja, ciúme, rivalidade, em detrimento de um possível bom relacionamento, faz com que não se dê a devida importância ao papel que a fratria, através da função fraterna, desempenha na estruturação familiar. Nos casos de luto impossível, por exemplo, que levaram Nicolas Abraham e Maria Torok (1995) a descrever os fenômenos de “cripta endopsíquica”, muitas vezes o que estava em jogo era uma morte na fratria.

Kehl (2000) utiliza a expressão “função fraterna” em primeiro lugar, para enfatizar o caráter necessário, para os humanos, da participação do semelhante no processo de tornar-se sujeito; em segundo, para retomar o debate sobre a idéia da fratria, até então, segundo a autora, relegada ao limbo pelos psicanalistas, banida das discussões e quase considerada maldita.

Losso (2001) define a função fraterna como uma das funções estruturantes da família, uma função de ajuda recíproca, de colaboração, de assistência em um nível de igualdade, de defesa dos direitos das gerações e de provisão de modelos de identificação entre os irmãos, que por pertencerem à mesma geração funcionam como modelos de identificação diferentes dos pais. A relação entre os irmãos implica em um contexto em que através do jogo possa-se elaborar a angústia e desenvolver a criatividade. Além do ensinar e aprender recíprocos permite também a descarga moderada de agressividade. A possibilidade de exercer estas funções com o conseqüente desenvolvimento de representações vinculares conscientes e inconscientes implica em facilitar o estabelecimento de relações “suficientemente boas” com os pares na vida adulta. Para que os irmãos possam construir um vínculo “suficientemente bom”, é preciso haver uma complementaridade em seus papéis, além da relação de intimidade e certa coincidência em seus valores pessoais.

Um casal procurou atendimento por problemas com um filho adulto jovem que ainda depende deles. Para afastar o rapaz de uma situação de risco a irmã do marido levou o sobrinho para sua casa. Durante uma sessão o casal comentou sorte que é o fato do marido e sua irmã se darem tão bem, o que possibilitou a solução.

‘Sabe, doutora, quantas brigas eu e minha irmã tivemos? Nenhuma, nunca. Bem, é verdade que uma vez eu tranquei ela no armário e outra vez ela jogou minhas coisas pela janela (rindo de uma forma que parece ser de carinho pela irmã e de quem está tendo boas recordações)’.

A constatação da diferença entre os irmãos vai permitir que cada um se aproprie a seu modo do nome herdado do pai, relativizando e individualizando a “marca”, a força do traço unário que define cada um dos membros da fratria, uma vez que, em nossa cultura, o sobrenome paterno designa todos os irmãos, sujeitos distintos, igualando-os como se um só fossem. O sobrenome paterno torna-se assim, entre irmãos, o menos importante dos nomes do sujeito, pois não é ele que o individualiza. Como um único sobrenome não pode designar portadores tão distintos, o poder do pai biológico vai ficar em questão e a função fraterna vai suplementar a função paterna, na medida em que vai permitir separar a lei da autoridade, da autoridade do pai real. Podemos pensar ainda em uma função fraterna sem a qual o sujeito não é capaz de se reconhecer fora do olhar especular da mãe e vê no outro uma ameaça constante (Kehl, 2000).

Ao oferecer a possibilidade de um “campo para o exercício” do controle das pulsões agressivas, a família favorece o desenvolvimento do laço fraterno. A autogestão no seio da fratria permite a descoberta essencial, a longo prazo, da administração dos sentimentos de ciúmes nas relações profissionais ou conjugais, uma vez que as relações fraternas são de uma grande riqueza e preparam para a vida social.

Uma cliente relata em uma sessão:

Eu me dou melhor com A. e B. (duas de suas irmãs), mas lá em casa é assim, de vez em quando a gente se estranha, fica sem falar uma com a outra, mas é pouco

tempo, logo fica tudo bem, volta tudo ao normal, a gente se dá muito bem’.

A relação entre os irmãos pode inúmeras vezes, ser fonte de aprendizagem para os pais. O vínculo entre os irmãos pode desempenhar um papel importante como sustentáculo do equilíbrio familiar, em situações de crise, tais como separação dos pais, doença, morte de um dos pais, de ambos, ou de outros. Essas vicissitudes na vida familiar não necessariamente acarretarão a instalação de uma patologia, na medida em que se encontre um “continente” para elas, “continente” esse que pode vir a ser o vínculo fraterno. Os irmãos, enquanto suporte familiar podem também se encarregar do cuidado dos pais, quando estes o necessitarem, em sua velhice.

Nos casos de ausência dos pais, as relações fraternas se constituem, frequentemente, nas únicas duradouras. Elas se mostram mais seguras e contínuas do que as das crianças com adultos específicos. Nestas circunstâncias as relações fraternas devem ser protegidas e apoiadas. Os irmãos, quando estão por sua própria conta como nos casos de guerra, catástrofes naturais ou abandono por parte dos pais encontram-se em situação de risco, uma vez que a relação fraterna é o máximo que lhes resta, embora não seja a mais adequada na comparação com os bons cuidados permanentes de um adulto. Essa situação, além de sobrecarregar, traz desafios à relação fraterna pelas tarefas exigidas que devessem pertencer à dinâmica de um relacionamento adulto-infantil (Solnit, 1983) embora os irmãos, enquanto subsistema, possam se constituir em uma equipe de socorro com papéis diferenciados.

O subsistema fraternal, especialmente na ausência das figuras parentais, possibilita o experimentar uma série de papéis e ações. Cada um pode ser alternadamente objeto de identificação e de diferenciação. Os irmãos aprendem uns com as experiências dos outros e essa relação identificatória cria um “cimento” fraternal (Meynckens-Fourez, 1999). Segundo a autora, a relação fraterna exerce pelo menos três funções: função de apego, função de suplência parental e função de aprendizagem dos papéis sociais e cognitivos.

Milevsky (2005) examina a relação entre o apoio que um irmão recebe dos outros irmãos e seu efeito compensatório em sua adaptação psicológica por ocasião da passagem para a idade adulta. O autor concluiu que o apoio fraterno estava associado a níveis mais baixos de depressão e sentimento de solidão

enquanto os níveis de auto-estima e satisfação se mostravam mais elevados. O apoio fraterno compensava ainda o pouco apoio recebido dos pais e pares.

Como exemplo da importância que o apoio da relação fraterna pode assumir temos o estudo a respeito das crianças do campo de concentração de Terezin, na então Checoslováquia, que haviam estabelecido entre si relações privilegiadas. A relação horizontal fraterna havia substituído, dentro do possível, a ausência da dimensão vertical da relação com os pais. As crianças em questão eram seres traumatizados, que em consequência do drama da perda de seus pais, haviam vivido em circunstâncias muito especiais. Elas formavam o grupo dos “Órfãos de Terezin” constituído por seis crianças cujos pais haviam sido assassinados pelos nazistas. Embora não fossem biologicamente irmãs, assim o foram consideradas pelo fato de terem sido forçadas a crescerem juntas desde o seu nascimento, criadas na Ala de Crianças sem Mãe do referido campo de concentração. Quatro dessas crianças perderam a mãe imediatamente após o nascimento e duas provavelmente antes de completar um ano. Após a morte de suas mães as crianças vagaram de um lugar para outro com mudança total dos adultos que as cercavam e que atendiam apenas suas necessidades biológicas básicas. Elas desenvolveram uma relação de apego umas com as outras antes da aquisição da linguagem e antes de desenvolver a liberdade de escolha de companhia. Sem dispor de brinquedos, sua atividade social consistia aparentemente em brincar umas com as outras e elas nunca se apegaram a adultos.

Quando os aliados libertaram Terezin em 1945 as crianças foram enviadas a um berçário terapêutico em Hampstead, Inglaterra onde Anna Freud e Sophie Dann as observaram. Por ocasião desta mudança suas idades variavam de três anos a três anos e dez meses. Foi considerada impressionante a total ausência de rivalidade e agressão entre os membros do grupo assim como sua falta de confiança no adulto. A relação horizontal fraterna havia substituído, dentro do possível, a ausência da dimensão vertical da relação com os pais. (Bank & Kahn, 1982; Brusset, 1987).

As experiências compartilhadas com os irmãos vão produzir as identificações horizontais, secundárias às identificações verticais representadas pelos ideais das figuras parentais, mas essenciais pela possibilidade de modelos diversificados dos destinos pulsionais necessários para a vida, para o que, o traço unário representado pelo nome do pai é insuficiente. Se não excluem a

identificação vertical, relativa às figuras parentais, suplementam a função paterna. A circulação horizontal atualiza e modifica a linguagem para expressar as demandas emergentes, que a sanção paterna não permite satisfazer. Na circulação horizontal, ainda, vão se produzir ou confessar as transgressões, praticadas não necessariamente contra a Lei, mas sim contra as interdições arbitrárias perpetradas pelas autoridades disciplinares. Estamos designando como circulação horizontal o tipo de vínculo social em que a transmissão de saber e de experiência se dá preferencialmente entre semelhantes, no caso em questão, os irmãos (Kehl, 2000).

A importância marcante da comunhão de interesses e experiências partilhadas pelos irmãos aponta para uma maior aproximação de desenvolvimento entre eles e uma maior distância no desenvolvimento entre pais e filhos. A distância no desenvolvimento se refere a uma ampla gama de tolerâncias e capacidades, incluindo níveis de excitação, frustração, conflitos, assim como capacidade para regulação, antecipação, planejamento e adaptação. A proximidade no desenvolvimento entre irmãos os capacita a brincar, lutar, amar e competir de um modo geralmente protetor porque as suas forças e fraquezas intelectuais, emocionais e físicas estão mais alinhadas entre eles do que estariam entre pais e filhos. Para que uma criança brinque, lute, ame e compita com um adulto por sua vez é necessário que este controle sua força e aja como um ego auxiliar para emprestar recursos do ego à criança de modo a proporcionar-lhe a sensação de segurança, bem-estar e identificação com o adulto (Solnit, 1983).

A relação com o irmão oferece, na fase edípica, oportunidades para repetir vários aspectos do relacionamento fraterno com os pais e vice-versa. O irmão pode vir a ser um substituto para a figura parental pela reversão de passivo para ativo, pela elaboração e sublimação na fantasia e no jogo, substituto esse que pode se revelar mais maleável do que a figura parental nas tentativas da criança de buscar soluções adaptativas para os conflitos edípicos. A criança que tem um irmão se depara com um diferente conjunto de triangulações em ambas as fases pré-edípica e edípica. O amor e o ciúme entre irmãos são diferentes do conflito edípico entre pais e filhos. O irmão que negociou a rivalidade fraterna pode ter mais facilidade para manejar o conflito e a frustração edípicos. Um dos motivos para o fato é que o rival fraterno é menor do que a figura parental, o que literalmente diminui o tamanho da tarefa a ser negociada e encoraja a criança a negociar a tarefa maior de enfrentar pai/mãe. Os pais podem temer, inclusive, que

o complexo edípico não possa ser “resolvido” sem a ajuda de um irmão ou par como aliado. Nos casos de grande diferença de idade entre os irmãos, o mais velho pode representar uma alternativa ou um substituto parental menos conflituoso e oferecer oportunidades para a resolução do conflito edípico de uma forma construtiva e saudável. A crença que os irmãos representam uma ajuda mútua para negociar o conflito edípico sugere que a escolha amorosa é sempre influenciada pelo relacionamento fraterno (Klein, 1932; Kris & Ritvo, 1983; Coles 2003).

Coles (2003) acrescenta com sua experiência clínica que considera útil, quando atendendo um casal em crise, distinguir o que seria uma briga primitiva do berçário ainda não resolvida e uma briga que sustenta e mantém a zanga devido ao desapontamento pelo amor do pai/mãe do qual não se desistiu ou que não foi resolvido. Segundo a autora, levamos tanto o self fraterno como o self pai/filho para o casamento e nessas circunstâncias é preciso diferenciar entre “Isto é meu!”, significando “Este brinquedo é meu e não quero dividi-lo com você porque você tem sido horrível para mim” e “Isto é meu!”, significando “Eu preciso ter esta pessoa maravilhosa que entrou na minha vida porque dessa forma me sentirei completo” (pg. 82).

Em relação às identificações verticais, algumas vão representar o projeto materno, enquanto outras o paterno, além de que cada filho será marcado pela árvore genealógica de uma forma diferente, pois cada um receberá de forma pessoal o que lhe foi transmitido. Entre irmãos a transmissão ocorre por escolha, uma vez que o que os filhos dificilmente aceitam de seus pais, o peso da Lei, por exemplo, podem fazê-lo de seus pares, irmãos, primos e amigos. Em companhia uns dos outros, os irmãos vão poder aprender as coisas da vida e do mundo, adquirir elementos de linguagem, escutar histórias familiares, elaborar a angústia, desenvolver a criatividade através de jogos e brincadeiras, explorar domínios desconhecidos, entre os quais a sexualidade. A utilização do lúdico em sua interação facilita a transmissão, a herança, e atenua o efeito da coação (Eiguer, 2001).

A experiência fraterna vai promover ainda inúmeras oportunidades para elaborar e praticar a capacidade de empatia, aqui entendida, segundo Houaiss (2007), como o processo de identificação em que o indivíduo se coloca no lugar do outro e com base em suas próprias suposições ou impressões tenta

compreender o comportamento do outro. A capacidade básica para a empatia vai ser estabelecida, contudo, na interação entre a criança e as figuras parentais. Esta forma especial de sentir e conhecer os sentimentos e pensamentos de outra pessoa está intimamente entrelaçada com a habilidade da criança em internalizar e se identificar com as atitudes e expectativas parentais, processo este fundamental para que cada criança desenvolva sua própria e única personalidade. As relações e as experiências fraternas refletem e podem elaborar a qualidade e a intensidade deste aspecto da relação primária pai/mãe-filho. A vivência fraterna, principalmente quando positiva e facilitadora do desenvolvimento único de cada criança, pode se tornar um poderoso estágio em que as crianças direta e indiretamente (através do outro) têm oportunidade de encenar seu mundo interno (Provence & Solnit, 1983).

O jogo compartilhado entre irmãos como protótipo de intercâmbio talvez seja o primeiro cenário de desdobramento fantasmático processado e “descarregado” (por meio do jogo) que convoca como participantes sujeitos que têm em comum algumas vivências, lugares, brincadeiras, rotinas e pais, sendo o jogo um meio de desdobrar fantasias compartilhadas e estabelecer diferenças. As situações vivenciadas na relação com os pais geram nos irmãos, além dos sentimentos de ódio e vivências de rivalidade e exclusão, sentimentos amorosos que propiciam a união e a ajuda para, por exemplo, salvar-se da ação “perniciosa” dos pais formando uma frente comum de ajuda mútua. Estes sentimentos de amor podem ainda uni-los para salvar os pais de uma situação de risco emocional. Esta vertente amorosa das relações fraternas cimenta a solidariedade e a complementaridade entre os irmãos. Inaugurada a partir das vivências compartilhadas na relação com os pais, ela é logo transferida para a relação com os outros e aos novos meios sociais como a escola, por exemplo. A cooperação e a lealdade são privilegiadas na qualidade de produtos sem agressividade quando se amplia o meio social e o caminho exogâmico através da escola, das instituições e dos pares. O irmão, enquanto mais presente, mais acessível e mais semelhante a si que os pais e por sua vez igualmente dependente, sofrido e amante desses mesmos pais, é objeto de intensos e mútuos investimentos não só agressivos, mas também amorosos. Essa intensidade de catexia e de relação (em geral implicando num tempo e atividades compartilhadas maior do que com os pais) outorga ao irmão um papel destacado na estruturação psíquica e no processo de subjetivação.

As alternativas da relação fraterna servem aos fins de sustentação para a diferenciação e a identificação, assim como para tirar o foco da exclusividade com os pais e de limite ao narcisismo (Urribarri, 1999).

Moguillansky e Vorchheimer (2001) outorgam ao vínculo fraterno um lugar central como modelo dos sentimentos de pertencer, o que vai se refletir nas relações sociais entre pares, pois nos definimos como irmãos enquanto cidadãos do mesmo país, membros da mesma instituição. A raiz narcisista do sentimento de pertencer, vivenciado como ser parte de uma fratria, aparece na sabedoria popular do seguinte modo: se pertencemos ao mesmo somos o mesmo, temos os mesmos interesses, desejamos o mesmo, temos idéias semelhantes sobre o que constitui o bem comum.

Uma cliente relata durante a sessão:

‘Nós três (irmãos) somos do mesmo jeito. Vê só o que aconteceu no sábado. Eu e o X. (marido) fomos almoçar fora. Na hora da conta, eles haviam cobrado por uma coisa que não serviram e esqueceram de cobrar pelo serviço. Como a quantia era exatamente a mesma o X. pagou a nota alegando que era elas por elas. A gente (os três irmãos) faria diferente: a gente pagaria o que não cobrou e não aceitaria pagar o que não era devido. É uma questão de princípio. Meu pai era assim’.

A experiência nos mostra o poderoso laço afetivo de pertencer a um mesmo grupo em que as diferenças de idade e de sexo são atenuadas pela referência comum a um ideal de fraternidade que exclui a rivalidade, o ódio, o incesto, evita o Édipo e a castração. É preciso ter em conta, entretanto, que a manutenção rígida de um ideal igualitário entre os irmãos, poderá atuar como formação reativa e diante de qualquer desigualdade desencadear uma luta fratricida, destruidora do grupo e de seus elementos, a menos que um elemento de fora, um “bode expiatório” atraia para si o desvio da hostilidade. O caráter narcisista e a intensa ambivalência dos vínculos fraternos, portanto, fazem com que a união fraterna levada ao extremo, isto é, fidelidade absoluta aos objetos e leis do espaço familiar, possa adquirir valores tanático e endogâmico, o que explicaria a necessidade de sair e formar novos grupos sociais onde, entretanto, a rivalidade evitada no espaço familiar reaparecerá (Brusset, 1987).

Nunan (2007) nos relata que o termo “bode expiatório”, que designa os indivíduos que levam a culpa de algo mesmo quando inocentes, teria surgido de um costume entre os antigos hebreus: nos dias de expiação de culpas das tribos, o sacerdote transferia simbolicamente as culpas do povo para um bode, ao enumerá-las enquanto colocava suas mãos sobre a cabeça do animal. O bode era então abandonado no deserto, levando consigo os pecados da tribo. Ao encontrar um “bode expiatório”, o sujeito exime-se de sua responsabilidade pessoal.

Precisamos ficar atentos, também, para que, em nome da fraternidade, não venhamos a excluir de forma paranóica as pequenas diferenças, ou nivelar por baixo a moralidade, ao inibir ou eliminar as tentativas de experiências éticas singulares (Costa, 2000).

A adolescência é por si só, o período das grandes formações fraternas, seja por laços de sangue, seja por laços de amizade. O grupo vai funcionar tanto como reconhecimento dos traços de identificação, uma vez que o sujeito, ao sair da infância ainda não se sente seguro deles, como campo de novas identificações exogâmicas. Os irmãos vão poder inclusive produzir uma contracultura com seus signos distintivos e valores próprios, vedada à compreensão dos adultos, com seus pactos secretos, mas menos oposta a eles do que possa parecer. Os segredos dos irmãos desempenham um papel importante, o de estar a serviço da vida e da estruturação do aparelho psíquico, fazendo-os sentir que possuem um psiquismo próprio ao qual os adultos não têm acesso. A fratria estabelece laços de cumplicidade que permitem em muitos casos “enganar o pai”. Os irmãos, unidos na conspiração, se permitem desafiar a proibição da autoridade, numa iniciativa de liberdade legitimada pelo grupo, possibilitando o enfraquecimento do poder de verdade absoluto que a palavra paterna tem na infância. Se os pais, temendo uma rebelião e a conseqüente transgressão, se tornam demasiado severos, pode haver um mal-entendido: ao tentar impedir a união entre os irmãos, um estilo de amor e de entendimento que pregavam, desqualificam-se a si mesmos. Lembremo-nos, porém, como justificativa para a reação paterna nesses casos, que a rebelião da horda e sua união em torno do assassinato do pai, faz parte de nosso modelo mítico (Kehl, 2000; Eiguer, 2001; Losso & Silvani, 2002).

Muitos contos míticos infantis mostram a coalizão contra os pais que revela a solidariedade e complementaridade dos irmãos: os irmãos se reúnem para viver juntos, felizes e tranquilos, após passarem por aventuras perigosas, depois de

deixarem a casa de seus pais. A união e o entendimento, entre os irmãos, permitem a eles defender-se dos pais. Enquanto o conflito edípico confronta os filhos com a sua exclusão do casal parental sexuado, nestes relatos míticos, o grupo fraterno abandona os pais malvados ou demasiado pobres e faz uma aliança igualitária e solidária.

A função fraterna não é exclusiva dos irmãos. Um pai, por exemplo, pode estar exercendo a função fraterna com seu filho ao jogarem uma partida de xadrez, uma vez que ambos estarão em situação de paridade nesse momento. Do mesmo modo, primos, amigos, podem estabelecer modelos intersubjetivos com características de vínculo fraterno, exercendo uma função fraterna. Essas situações assumem uma importância maior no caso de filhos únicos.

De qualquer forma, a vivência da relação fraterna deixará suas “marcas” no psiquismo individual. Os modelos vinculares daí decorrentes, tais como ambivalência, rivalidade, sentimentos amorosos, necessidade de reparar, impulso de domínio, sujeição ao irmão e outros, tendem a se repetir ao longo da vida nos vínculos com outros pares. Em geral, os irmãos têm um conhecimento recíproco, consciente, e em grande parte inconsciente, do funcionamento psíquico uns dos outros, por terem vivenciado juntos sentimentos e conflitos ao longo do tempo na intimidade da vida familiar. Em cada irmão perdurará uma “memória” desses acontecimentos familiares. Mesmo que ao crescer, cada um dos irmãos siga um caminho diferente, a experiência da intimidade compartilhada deixará sua “marca” no inconsciente de cada um deles. O conhecimento da intimidade do outro irmão continuará sendo um legado e um ponto de referência para a própria identidade.

O vínculo fraterno contribui assim para a atmosfera de intimidade e manutenção da unidade familiar no sentido de perenidade dos vínculos. Intervém ativamente na transmissão do saber e da lei. Quando há afinidade, os irmãos podem amenizar a dureza das obrigações e os mais velhos podem direcionar os mais novos para o mundo. Se, porém, a rivalidade fraterna for exacerbada, esses afetos estruturantes vão ser reprimidos, cindidos ou se tornar inalcançáveis. A convivência feliz entre os irmãos vai depender enormemente do legado parental, ou seja, o amor ao transicional, o respeito ao outro e a capacidade de aprender (Eiguer, 2001).

Os filhos se tornam o ideal comum de suas famílias e cultura. A fratria é, assim, a portadora da psique das massas e do narcisismo parental. Ela deverá preencher, elaborar, reparar, restituir a deficiência no vínculo fraterno dos ancestrais e suas vicissitudes serão marcadas pelo grau de diferenciação do vínculo entre as gerações anteriores e pelo modo com que ela pode se apropriar de sua história (Freud, [1921] 1993).